

RESENHA

A POLÍTICA DE AMPLIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL¹*THE POLICY OF EXPANDING FULL-TIME SECONDARY EDUCATION**LA POLÍTICA DE EXPANSIÓN DE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA DE TIEMPO COMPLETO*Caroline Simon Bellenzier²Altair Alberto Fávero³Livia Tubino Trzimajewski⁴

LIVRO RESENHADO: SILVEIRA, Éder da Silva; SOUZA, Nayolanda Coutinho Lobo Amorim de. (org.). **A Política de Ampliação do Ensino Médio de Tempo Integral:** impactos, sentidos e dilemas do tempo ampliado para as juventudes no Brasil. Caxias do Sul: Educus, 2024.

O livro *A Política de Ampliação do Ensino Médio de Tempo Integral: Impactos, sentidos e dilemas do tempo ampliado para as juventudes no Brasil* (2024), organizado por Éder da Silva Silveira e Nayolanda Coutinho Lobo Amorim de Souza, e pelo Grupo de Pesquisa Currículo, Memórias e Narrativas em Educação, reúne uma coletânea de estudos voltados para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral (Lei nº 13.415/2017). Ao longo de onze capítulos, mais de 20 pesquisadores, de forma articulada, realizam análises e fomentam a reflexão e o debate sobre os impactos, as contradições e os sentidos atribuídos à política de ampliação do tempo escolar. A obra também questiona o aumento do tempo escolar sem a devida oferta de infraestrutura que favoreça o desenvolvimento integral e permanência dos estudantes. Com isso, oferece ao leitor um panorama abrangente e diverso sobre essa temática que atravessa a vida das juventudes e o cotidiano das escolas públicas.

O primeiro capítulo, por meio de uma pesquisa documental, teve como objetivo principal identificar e analisar alguns aspectos dos contextos de influência nacional e internacional na Política de Fomento ao Ensino Médio de Tempo Integral (PFEMTI) no Brasil. Segundo os pesquisadores, o Terceiro Setor na Educação Pública, através de parcerias público-privadas, resultou no alinhamento da educação às exigências do mercado e a lógica neoliberalista. No entanto, ela aparece entrelaçada em um discurso de Educação Integral com sentido reduzido

¹ Fontes de financiamento e apoio para o trabalho: Capes e CNPq.

² Universidade de Passo Fundo – UPF – Passo Fundo – Rio Grande do Sul – Brasil – <https://orcid.org/0000-0003-2189-7745> – carolsimon@hotmail.com

³ Universidade de Passo Fundo – UPF – Passo Fundo – Rio Grande do Sul – Brasil – <https://orcid.org/0000-0002-9187-7283> – altairfaver@gmail.com

⁴ Universidade de Passo Fundo – UPF – Passo Fundo – Rio Grande do Sul – Brasil – <https://orcid.org/0009-0003-5074-1958> – 189118@upf.br

que não visa a emancipação do sujeito, mas sim, a formação de “competências” para o mercado de trabalho e suas inseguranças. No que tange à influência nacional, o Estado passa a ceder responsabilidades sobre a escola pública para o setor privado, esse mecanismo vem se articulando desde os anos 90. Por fim, ressalta que a Reforma do Ensino Médio (REM) não ocorre de forma isolada, mas interligada a diversos fatores, e outras reformas, como a trabalhista e a previdenciária. Dessa forma, torna-se de extrema importância, segundo os autores, reconhecer a influência desse caráter neoliberal do Estado, que visa um cenário de precarização, flexibilização e aumento da exploração do trabalho na REM.

O segundo capítulo vai, de forma crítica e reflexiva, investigar as novas racionalidades pedagógicas ligadas ao Novo Ensino Médio (NEM). Inicialmente, analisa a relação entre a educação integral e a organização do tempo escolar, visto que a escola, mesmo almejando mudanças, está presa a um modelo rígido de tempo. Sendo assim, a busca pelo aumento desse, sem uma mudança profunda no significado nem na qualidade, produz um impacto reduzido na escolarização contemporânea. Posterior a isso, o texto aborda as mudanças em relação à ideia de tempo na sociedade, visto que, em um mundo imediatista, a pressão da produtividade e o raciocínio neoliberal comprometem o desenvolvimento pessoal e, consequentemente, a educação integral. Ademais, através da consideração das políticas estaduais implementadas no Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul, destaca-se como os discursos sobre o currículo estão enfatizando o despertar de talentos, e outras questões que envolvem o desenvolvimento integral e autônomo dos estudantes. Contudo, os resultados ressaltam que a reforma do NEM no Brasil vive uma relação dessincronizada com o tempo vivido, o que acaba por afetar a capacidade de vínculo social e educacional.

O capítulo 3 tem como objetivo debater sobre o tema da Educação Cosmopolita, e o “sequestro” do discurso de educação integral pela racionalidade neoliberalista. Para isso, o autor inicia o texto com a famosa frase de Leonel de Moura Brizola (1922-2004): “Tem rabo de jacaré, couro de jacaré, boca de jacaré, pé de jacaré, olho de jacaré, corpo de jacaré e cabeça de jacaré, como é que não é jacaré?”, com a intenção de ilustrar o processo da “reforma empresarial” do Ensino Médio iniciada em 2016. Conforme os autores, a referida reforma utiliza-se da apropriação e distorção do termo “educação integral”, originalmente vinculado à emancipação e pensamento crítico, redirecionando-o em favor de uma racionalidade neoliberalista e um modelo cosmopolita. Portanto, busca, assim, a adaptação para o mercado, o conformismo, a individualização das responsabilidades e a precarização do trabalho. Esse capítulo articula-se com os anteriores, uma vez que retorna o alinhamento do EM às tendências

internacionais e a lógica financeira camuflada de um discurso modernizador. Isso prejudica a qualidade educacional brasileira, que no fim se compromete com o capital internacional, e retrocede em relação aos avanços democráticos por meio de políticas neoliberais. Sendo assim, é necessário compreender o que está embricado na educação integral do Ensino Médio, principalmente suas contradições, para assim revogar e promover ações para a emancipação humana e autonomia dos sujeitos.

O quarto capítulo questiona a ideia de que o aumento da carga horária escolar significa melhora da qualidade, e relaciona essa ideia a organismos internacionais, que tem como princípio de qualidade o desempenho. Inicialmente, o texto propõe um entendimento de Educação Integral e Currículo, e, a partir disso, os autores ressaltam que a ampliação do tempo escolar e a “pedagogia das competências” tem como objetivo, meramente, a adequação do sujeito para o mercado de trabalho. Na sequência, a análise do conjunto das portarias do MEC permitiu apontar para o fato do programa não garantir tempo para todas as matérias curriculares comuns, hierarquizando Língua Portuguesa e Matemática para avaliações externas, o que impossibilita uma formação completa. Denuncia-se, também, a flexibilização dos critérios da infraestrutura das instituições para maior disseminação dessa política, se preocupando apenas com a ampliação do tempo, não com a qualidade. Por fim, os critérios avaliativos do programa vão definir o financiamento para as escolas: se os resultados forem satisfatórios, a ideia de que não precisa investir muito, é reforçada; se negativos, a culpa recairá sobre os docentes, e não na carência estrutural. Dessa forma, urge a necessidade de mobilizações que reivindiquem uma educação emancipatória, que respeite os direitos dos estudantes e promova uma educação de qualidade, não mercantilizada que os reduza a subordinados.

O objetivo do capítulo seguinte, com um caráter legal-normativo, volta-se para a identificação e apresentação das principais modificações na legislação relacionada à política do PFEMTI. O programa era, inicialmente, voltado para apoio da proposta pedagógica do EMTI das redes públicas dos estados e do Distrito Federal, e ligava-se ao auxílio da concepção de metas. No entanto, houve mudanças em seis áreas-chave, sendo elas: proposta pedagógica; carga horária e componentes curriculares; duração do programa, que de 48 meses passou para 10 anos; infraestrutura da escola; adesão ao programa; e conversão das turmas. Segundo o autor, o governo federal, sem considerar as suas implicações pedagógicas, adaptou as regras que compunham a regulamentação da política educacional, de forma a flexibilizá-las, com o intuito único de atingir as metas de expansão do EMTI.

Em sequência, o capítulo 6 analisa os critérios definidos para seleção das escolas que implementaram o EMTI no Rio Grande do Sul, como meio de discutir em que medida os contextos limitam a oferta da jornada de tempo integral e, contribuem para o aprofundamento das desigualdades educacionais. Os resultados apontam que a maioria das escolas não apresentaram os requisitos fundamentais da infraestrutura; 12 das que implementaram o EMTI ficaram abaixo da média em relação a essas questões, e algumas não apresentavam nem os requisitos prioritários. No que diz respeito à formação dos docentes, essa se mostrou não adequada para os componentes curriculares, uma vez que parte deles estava dando aula de disciplinas para as quais não tinham formação. Sendo assim, fica claro que houve vários descumprimentos dos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação para inclusão do programa, o que reflete as dificuldades enfrentadas por toda a rede estadual. O EMTI é criticado pelos autores, pois é regido por políticas para uma escola idealizada que não existe, logo, a ampliação da jornada funcionou muito bem na propaganda, mas não na real implementação. Portanto, essa política refere-se a um pequeno número de escolas, visto as condições estruturais das instituições, o que aprofunda a desigualdade educacional. A conclusão do texto expressa preocupação em relação ao destino dos recursos, e levanta a urgência de um financiamento adequado, com devida suplementação da União, para que, assim, seja possível garantir as condições de desenvolvimento de projetos político-pedagógicos pelas escolas.

O capítulo 7 analisa os aspectos da evolução das matrículas do EM e do tempo integral no período de 2008 a 2020. A partir disso, expõe com tabelas e gráficos, a redução das escolas na rede estadual, substituídas pelo tempo integral, e relaciona isso à perda de quase 760 mil matrículas, desde 2008. Levanta-se, a partir disso, o questionamento sobre a ampliação da desigualdade por meio dessas legislações, visto que não contemplam as necessidades dos estudantes que precisam trabalhar, e gera exclusão sem uma política estudantil robusta. Dessa forma, conforme os autores, a expansão do tempo integral não constrói uma rede escolar equitativa, mas sim diminui a oferta total de vagas, e dificulta a universalização do ensino obrigatório no Brasil, em principal, no Ensino Médio noturno.

A temática abordada no capítulo seguinte diz respeito aos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) via Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). A pesquisa, de natureza qualitativa, selecionou 5 escolas de EMTI, da rede estadual, para estudar quais os critérios adotados que definem o destino desses recursos, sendo de manutenção ou investimento. A partir disso, identificou-se que a maior parte dos recursos

destina-se à aquisição de materiais para reparos e mão de obra para execução de serviços. Os resultados indicam que há necessidade de um espaço físico mais amplo, visto que medidas relacionadas ao corte do número de alunos matriculados foram feitas para poder atender os dois turnos, o que também ocasionou na diminuição do valor do financiamento. Dessa forma, a autora problematiza o aumento da exclusão e desigualdade educacional como consequência desse repasse, pois compromete a estrutura física e a oferta de recursos para melhor qualidade de ensino nas escolas que implementaram o programa.

A pesquisa do 9 capítulo objetivou analisar como a implementação do Programa Ensino Médio Integral de Tempo Integral (EMITI) impacta na formação da juventude. O campo empírico ocorreu na rede estadual de Santa Catarina, por ter sido uma das primeiras a implementar o EMTI junto de parcerias com fundações do Terceiro Setor, ocasionando a transferência de recursos públicos para o setor privado. O responsável pela implementação política em Santa Catarina, foi o Instituto Ayrton Senna (IAS), prestando assessoramento técnico para a elaboração do currículo e da formação de professores de 15 escolas. Ao longo do texto, critica-se o uso do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (Pisa) para justificar o novo modelo de educação, uma vez que ele não leva em consideração o contexto social, os condicionantes históricos, econômicos, nem culturais do país. Observou-se, também, que a concepção sobre a juventude pelo Caderno do EMITI, e pelo IAS, é de jovens gestores e empresários de si, e reafirma a ideia de protagonismo juvenil e de Projeto de Vida, ligado estritamente ao mundo do trabalho. As autoras enfatizam que essa lógica foi utilizada de base para a REM e a BNCC, o que reduz o papel da juventude e da escola, implementando a essa última, uma mentalidade limitada e tecnocrática da educação.

O capítulo 10 analisa as políticas de educação integral e integrada à educação profissional da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) e a inserção do empresariado na educação do país. O texto, através de um discurso crítico e tom denunciativo, mostra que esse movimento de privatização da educação não é recente, e investiga, assim, o papel dessas parcerias no Ensino Médio Integral e Integrada à Educação Profissional (EMIIEP). Através disso, a autora expõe a SEEDUC/RJ como uma reforçadora da entrada de empresas na educação pública, com objetivo de atender o mercado de trabalho camuflado de um discurso filantrópico. Essa política expressa interesse no desenvolvimento integral do jovem, mas se contradiz ao oferecer uma formação voltada para atender as necessidades da capital. A autora ainda ressalta que atuações, como a da Oi Futuro e de secretarias estaduais, buscam nacionalizar esse modelo de currículo. Dessa forma, expressa-se a

importância de se entender o fenômeno no tempo-espaço para organizar uma resistência e barrar essa ascensão.

Por último, mas não menos impactante, o capítulo 10 objetiva a comparação e diferenciação do Ensino Médio Integrado (EMI) – de um campus do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) – e o EMTI implantado na rede estadual do Rio Grande do Sul. A pesquisa utilizou-se de um estudo de caso realizado em 10 escolas-piloto do NEM do Rio Grande do Sul, com um grupo focal de 29 estudantes, e seus resultados conferem que se trata de dois modelos diferentes, que trabalham com políticas de escola em tempo integral de forma distante nas suas propostas e práticas. Dessa forma, o texto deixa claro que uma escola para ser, realmente, em tempo integral necessita de: infraestrutura que comporte os alunos e docentes; professores com jornada compatível ao modelo; e investimento real para mantê-lo. Ademais, questiona-se o porquê do baixo investimento e divulgação do EMI, dada a sua comprovada eficácia, e como razão a isso, traz que se trata de uma escolha política. Essa decisão foi tomada pelos responsáveis que optaram pelo NEM, um modelo que não atende as necessidades dos professores nem dos estudantes, mas sim do mercado, uma racionalidade neoliberal. Ademais, é denunciada uma infraestrutura precária que impede o cumprimento das exigências mínimas e a culpa dos resultados falhos recai sobre os próprios sujeitos escolares, que são punidos com cortes de recursos. Por fim, com um desfecho significativo, ressalta a importância de denunciar as estratégias neoliberais que enfraquecem a educação, principalmente a pública e esclarecer as consequências que essas políticas causam. Professores devem, também, aprimorar-se e, junto com a formação de políticas públicas adequadas, evitar que a escola em tempo integral se torne um discurso vazio mercantilizado.

Ao levar em consideração o que foi exposto na presente resenha, ressalta-se a importância de buscar a compreensão sobre as PFEMTI, visto que essa, ao tecer a estrutura da Educação Básica, oferece impacto na sociedade como um todo, tanto no presente, quanto a longo prazo. Sendo assim, os capítulos, por meio de diferentes metodologias e abordagens teóricas, enfatizam a forte presença da mentalidade neoliberal, tanto nas Reformas do Novo Ensino Médio quanto na BNCC. Embora essa lógica neoliberalizante encontra-se disfarçada em discursos que utilizam termos aparentemente progressistas como educação integral, flexibilização, protagonismo estudantil ou educação democrática, na prática implementa a conformação dos estudantes ao mercado de trabalho e a formatação dos currículos aos ditames instrumentais do mundo empresarial. Ressalta-se, assim, a importância de reivindicar a educação emancipadora, para formação de sujeitos críticos e conscientes da sua realidade e

contexto. Dessa forma, a obra alcança com êxito a realização de análises críticas e o fomento da reflexão, auxiliando no enriquecimento do debate sobre os impactos, as contradições e os sentidos atribuídos à política de ampliação do tempo escolar.

REFERÊNCIAS

FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina; BELLENZIER, Caroline Simon; CENTENARO, Junior Bufon. Estudantes e professores em tempo integral: estudo comparativo entre Ensino Médio Integrado da rede federal e Ensino Médio de Tempo Integral gaúcho. In: SILVEIRA, Éder da Silva; SOUZA, Nayolanda Coutinho Lobo Amorim de. (org.). **A Política de Ampliação do Ensino Médio de Tempo Integral: impactos, sentidos e dilemas do tempo ampliado para as juventudes no Brasil**. Caxias do Sul: Educs, 2024. p. 204-227. Disponível em: <https://www.ucs.br/educs/livro/a-politica-de-ampliacao-do-ensino-medio-de-tempo-integral-4582/>. Acesso em: 9 jul. 2025.